

JUCESP
27 08 15

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ENERGIA DOS VENTOS II S.A.

ENTRE

ENERGIA DOS VENTOS II S.A.
(*EMISSIONORA*),

ALUPAR INVESTIMENTO S.A.
(*FIADORA*)

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(*AGENTE FIDUCIÁRIO*)

28 de julho de 2015



ÍNDICE

GLOSSÁRIO	4
CLÁUSULA I	11
TERMOS DEFINIDOS	11
CLÁUSULA II	12
AUTORIZAÇÕES	12
CLÁUSULA III	12
REQUISITOS	12
CLÁUSULA IV	14
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	14
CLÁUSULA V	16
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	16
CLÁUSULA VI	24
OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA DAS DEBÊNTURES	24
CLÁUSULA VII	27
VENCIMENTO ANTECIPADO	27
CLÁUSULA VIII	36
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	36
CLÁUSULA IX	40
AGENTE FIDUCIÁRIO	40
CLÁUSULA X	53
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	53
CLÁUSULA XI	54
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA	54
CLÁUSULA XII	60
DISPOSIÇÕES GERAIS	60



JUCESP
27 08 15

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

- (I) **ENERGIA DOS VENTOS II S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.319.876/0001-72 e na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.475.348, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;
- (II) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e
- e, na qualidade de interveniente-garantidora
- (III) **ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**, sociedade por ações, com registro de emissor na CVM na categoria "A", com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, conjunto 161, Sala A, Vila Olímpia, CEP 04547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.364.948/0001-38.

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Energia dos Ventos II S.A.", mediante as seguintes cláusulas e condições:



JUCESP
27 08 15

GLOSSÁRIO

Este glossário é parte integrante deste "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Energia dos Ventos II S.A."

"AGD"

Assembleia Geral de Debenturistas.

"AGE"

Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de julho de 2015, que aprovou, dentre outros, a presente Emissão e Oferta.

"Agente Fiduciário"

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas.

"Alupar" ou "Fiadora"

Alupar Investimento S.A., sociedade por ações, com registro de emissor na CVM na categoria "A", com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1996, 16º andar, conjunto 161, Sala A, Vila Olímpia, CEP 04547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.364.948/0001-38.

"ANBIMA"

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

"ANEEL"

Agência Nacional de Energia Elétrica.



JUCESP
27 08 15

"Ativos Operacionais"

Ativos utilizados pela Emissora, direta ou indiretamente, para a geração e transmissão de energia elétrica.

"Banco Liquidante"

Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.

"BNDES"

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

"CETIP"

CETIP S.A. – Mercados Organizados.

"CETIP 21"

CETIP 21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, sistema de negociação de títulos e valores mobiliários administrado e operacionalizado pela CETIP.

"CNPJ/MF"

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

"Código ANBIMA"

Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

"Código Civil"

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

"Coordenador Líder"

Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.477, 10º a 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob



JUCESP
27 08 15

n.º 30.306.294/0002-26.

"Contrato de Distribuição"

"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 2ª (segunda) Emissão da Energia dos Ventos II S.A.", a ser celebrado entre a Emissora, a Fiadora e o Coordenador Líder.

"CVM"

Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Emissão"

15 de julho de 2015.

"Data de Vencimento"

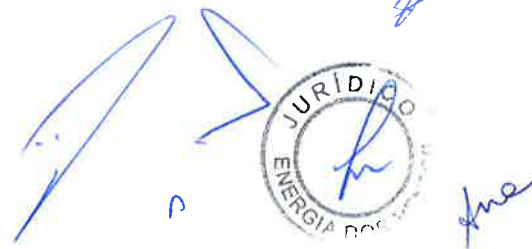
15 de maio de 2016.

"Debêntures"

As 1.300 (mil e trezentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, da 2ª (segunda) emissão da Emissora.

"Debêntures em Circulação"

Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e/ou coligadas da Emissora; e (c) administradores da Emissora e de sociedades que se enquadrem nos subitens (a) e (b) acima, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau.



JUCESP
27 08 13

“Debenturistas”

Os titulares das Debêntures.

“Dia Útil”

Tem o significado atribuído no item 5.9.2.1. desta Escritura.

“DOESP”

Diário Oficial do Estado de São Paulo.

“Efeito Adverso Relevante”

Resultado da ocorrência de eventos ou situações que afetem, de modo relevante e adverso, a capacidade financeira e/ou operacional da Emissora de cumprir pontualmente as obrigações pecuniárias e não pecuniárias relevantes relacionadas às Debêntures, previstas nesta Escritura.

“Emissão”

A presente 2ª (segunda) emissão das Debêntures da Emissora, no montante total de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais).

“Emissora”

Energia dos Ventos II S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.319.876/0001-72 e no NIRE nº 35.300.475.348.

“Encargos Moratórios”

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.

“Escritura”

O presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie



JUCESP
27 08 15

Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Energia dos Ventos II S.A.”.

“Escriturador Mandatário”

Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64.

“Eventos de Vencimento Antecipado”

Os Eventos previstos na Cláusula VII desta Escritura.

“Garantia Fidejussória” ou “Fiança”

A garantia fidejussória ou fiança prestada pela Alupar, nos termos do item 5.11 desta Escritura.

“IGP-M”

Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

“Instrução CVM 28”

Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

“Instrução CVM 358”

Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

“Instrução CVM 409”

Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

“Instrução CVM 476”

Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.



JUCESP
27 08 15

“Instrução CVM 480”

Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

“Investidores Qualificados”

São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM 476 e na presente Escritura, que os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476; (ii) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM 476; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no art. 109 da Instrução CVM 409, conforme alterada, deverão subscrever, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

“IPCA”

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

“JUCESP”

Junta Comercial do Estado de São Paulo.

“Lei nº 6.385/76”

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

“Lei nº 6.404/76”

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.



DUCESP
27 08 15

"MDA"

MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

"Objeto Social"

As atividades desenvolvidas pela Emissora, conforme descritas no item 4.1.1. abaixo.

"Oferta"

Oferta pública de distribuição das Debêntures, a ser realizada pelo Coordenador Líder, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e demais leis e regulamentações aplicáveis.

"Remuneração"

Juros correspondentes à variação acumulada de 110% (cento e dez por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures.

"Resgate Antecipado"

Oferta de Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório, quando referidos em conjunto.

"Oferta Resgate Antecipado Facultativo"

Oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, que poderá ser efetuada pela Emissora, a seu critério, nos termos e condições previstos no item 6.1 desta Escritura.



DUCE SP
27 08 15

"Resgate Antecipado Obrigatório"

Resgate antecipado da totalidade das Debêntures, que deverá ser efetuado pela Emissora na hipótese prevista no item 6.2 desta Escritura.

"Taxa DI"

Taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>)

"Valor Garantido"

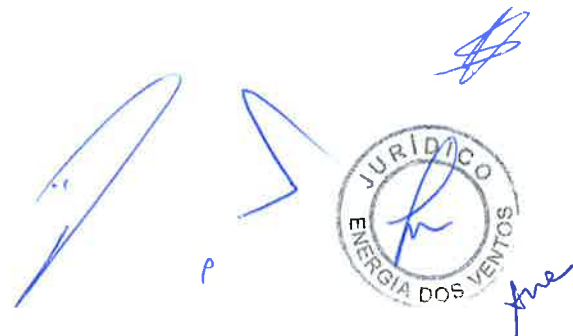
Valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver.

"Valor Nominal Unitário"

O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$10.000,00 (dez mil reais), o qual não será atualizado monetariamente.

**CLÁUSULA I
TERMOS DEFINIDOS**

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário que precede esta Escritura.

The bottom right of the page contains several handwritten signatures in blue ink. A circular stamp is also present, with the text 'JURÍDICO' at the top and 'ENERGIA DOS VENTOS' at the bottom. A signature is written across the stamp.

JUCESP
27 08 15

CLÁUSULA II AUTORIZAÇÕES

2.1. A Emissão e a Oferta são realizadas, e a presente Escritura é firmada, com base na autorização deliberada pela AGE, realizada em 23 de julho de 2015.

2.2. A Fiança (conforme abaixo definida), de que trata o item 5.11 abaixo, é devidamente aprovada pela Fiadora, mediante a assinatura desta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 22, parágrafo 4º, do seu Estatuto Social.

CLÁUSULA III REQUISITOS

3.1 A presente Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1. *Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA*

3.1.1.1. A Oferta será realizada com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, de que trata o artigo 19, da Lei 6.385/76.

3.1.1.2. A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no artigo 1º, §2º do Código ANBIMA, não sendo aplicáveis à Oferta as disposições constantes no Código ANBIMA, exceto aquelas previstas em seu Capítulo V, desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta.

3.1.2. *Arquivamento e Publicação dos Atos Societários*

3.1.2.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP, e publicada no (i) DOESP e (ii) no jornal "Valor Econômico", nos termos do inciso I do artigo 62 e do artigo 289 da Lei nº 6.404/76.

3.1.2.2. Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados relacionados à Emissão e às Debêntures, que venham a ser realizados após a inscrição desta



Escritura, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no Jornal "Valor Econômico", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei nº 6.404/76.

3.1.3. *Inscrição e Registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos*

3.1.3.1 Esta Escritura, e seus eventuais aditamentos, serão inscritos na JUCESP, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo, da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário.

3.1.3.2 Adicionalmente, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em razão da Fiança, a presente Escritura, e seus eventuais aditamentos, serão levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo, e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro da Escritura na JUCESP, conforme item 3.1.3.1. acima, observado que 1 (uma) via original da presente Escritura e/ou de seus eventuais aditamentos deverá ser enviada ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data da realização do registro estabelecido neste item 3.1.3.2.

3.1.3.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos no item 3.1.3.2 acima dentro do prazo, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

3.1.4. *Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica*

3.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente no âmbito da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.4.2. Não obstante o disposto no item 3.1.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos

JUCESP
27 08 15

13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado ainda o cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº. 07/2011-ANEEL, nos termos da Outorga de Autorização, decorrente desta Licitação, e do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR na modalidade disponibilidade de energia elétrica, a ser celebrado entre a Emissora e as distribuidoras que declararam Necessidade de Compra de Energia Elétrica ao Ministério das Minas e Energia – MME, acompanhada no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, conforme portaria de Outorga de Autorização do Ministério de Minas e Energia para a implantação e exploração da central geradora eólica.

4.2 Número da Emissão

4.2.1. A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Valor Total da Emissão

4.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

4.4 Número de Séries

4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1. Serão emitidas 1.300 (mil e trezentas) Debêntures.

4.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

DUCE SP
27 06 15

4.6.1. O Banco Liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.

4.6.2. A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64.

4.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, a qual será realizada sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

4.7.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme descrito no Contrato de Distribuição. Desta forma, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, nos termos do item 4.7.3. abaixo, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.7.3. O público alvo da Oferta será composto pelos Investidores Qualificados.

4.7.4. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.7.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, bem como de acordo com o plano de distribuição constante do item 4.7.2.

4.7.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, entre outros, estar ciente de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada, conforme aplicável, na ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições, e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e/ou da Garantidora.



DUCE SP
27 08 15

4.7.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.7.8. Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para as Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding").

4.8 Destinação dos Recursos

4.8.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados para a implantação do parque eólico Ubatuba, localizado no município de Aracati no Estado do Ceará.

CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas das Debêntures

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo do atendimento ao disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

5.1.2 Data de Emissão

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 15 de julho de 2015.

5.1.3 Prazo e Data de Vencimento

5.1.3.1 As Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2016, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula VII abaixo e as hipóteses de resgate antecipado e aquisição facultativa para cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas nesta Escritura de Emissão.



DUCESP
27 08 15

5.1.4 Forma e Emissão de Certificados

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

5.1.5 Comprovação de Titularidade das Debêntures

5.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.1.6 Conversibilidade

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7 Espécie

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei nº 6.404/76, e terão garantia fidejussória, conforme estabelecido no item 5.11 abaixo.

5.2. Subscrição

5.2.1 Prazo de Subscrição

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Distribuição e na Instrução CVM 476.

5.2.2 Preço de Subscrição e Integralização

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição e Integralização"), havendo a possibilidade de deságio.



DUCESP
27 08 15

5.3 Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição e Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

5.4 Direito de Preferência

5.4.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

5.5 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

5.5.1 O Valor Nominal Unitário não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice.

5.6 Remuneração

5.6.1 A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, estabelecidos com base na variação de 110,00% (cento e dez por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão (inclusive) até a data do seu efetivo pagamento, ressalvados os pagamentos em decorrência das hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J Valor unitário da Remuneração, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



DUCEAP
27 08 15

FatorDI Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo do pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

n_{DI} Número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

k Corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI}

p 110,00 (cento e dez inteiros);

TDI_k Taxa DI, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

1) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

2) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4) As Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.



DUCE SP
27 08 15

5.6.3 O "período de capitalização" da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data de pagamento da Remuneração.

5.6.4 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

5.6.4.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, AGD, nos termos desta Escritura, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, será utilizada a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias.

5.6.5 Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

5.6.6 Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da AGD de que trata o item 5.6.4.1 acima, referida AGD não será mais realizada, passando a ser novamente utilizada a Taxa DI para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 5.6.6, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

5.6.9 Pagamento da Remuneração

5.6.9.1. A Remuneração será paga integralmente na Data de Vencimento, ressalvados os pagamentos em decorrência das hipóteses de vencimento antecipado e resgate



DUCE SP
27 08 15

antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior na data de pagamento da Remuneração.

5.7 Amortização do Principal

5.7.1 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência das hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, o Valor Nominal Unitário será integralmente amortizado na Data de Vencimento.

5.8 Repactuação Programada

5.8.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local e Forma de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seu procedimento, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Banco Liquidante.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontado dos rendimentos das Debêntures os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.9.2 Prorrogação dos Prazos

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro,



DOESP
27 03 15

Estado do Rio de Janeiro, ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Para todos os efeitos desta Escritura, entendam-se como dia útil os dias que não coincidirem com feriado declarado nacional, sábado e domingo ("Dia Útil"). Sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo, também sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.9.3 Encargos Moratórios

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 5.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

5.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e quando exigido pela legislação, no jornal "Valor Econômico", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização, bem com qualquer alteração do jornal de publicação após a Data de Emissão, informando o novo veículo.



5.11 Garantia Fidejussória

5.11.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias (nos termos do art. 822 do Código Civil), da Emissora sob as Debêntures, a Alupar presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados.

5.11.2 A Alupar declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, de forma solidária, do Valor Garantido, desde a Data de Emissão até a data de verificação do pagamento integral do Valor Garantido.

5.11.3 O Valor Garantido será pago pela Alupar, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir o Valor Garantido diretamente da Alupar, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Alupar, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso da Alupar e observado o disposto abaixo. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

5.11.4 A Alupar expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 837, 838, incisos I e II, e 839, todos do Código Civil, bem como do artigo 595 do Código de Processo Civil. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.11.5 A Alupar sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado o disposto no item 5.11.6 abaixo.



DUCE SP
27 08 15

5.11.6 A Alupar desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

5.11.7 A presente Fiança, prestada em caráter irrevogável e irretratável, entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, apenas com o pagamento integral do Valor Garantido.

5.11.8 A Alupar, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

5.11.9 Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei n.º 6.404/76, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista no item 5.11.1 acima e seguintes desta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

5.11.9 A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

5.11.10 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, a perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

CLÁUSULA VI
OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, RESGATE ANTECIPADO
OBRIGATÓRIO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA DAS DEBÊNTURES

6.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação



DUCE SP
27 08 15

de anúncio aos Debenturistas nos termos do item 5.10 acima, com, no mínimo, 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, incluindo, mas sem limitação, (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado o disposto no inciso (iii) abaixo; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- (ii) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente a, no mínimo, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão (inclusive) até a data do efetivo resgate (exclusive), dos Encargos Moratórios, quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures e de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo se for o caso;
- (iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo para se manifestarem formalmente perante a Emissora, findo o qual a mesma terá determinado prazo, conforme estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado que a Emissora somente deverá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo;
- (v) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante da Emissão e à CETIP a realização da Oferta



DUCE SP
27 08 15

de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado; e

- (vi) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.1.2. Não será permitido a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures.

6.2 Resgate Antecipado Obrigatório

6.2.1 Caso seja liberado pelo BNDES um financiamento de longo prazo em favor da Emissora ou em favor de sociedade sob seu controle comum, conforme o caso, a Emissora deverá, obrigatoriamente, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo, máximo, de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do recebimento de tais recursos ("Resgate Antecipado Obrigatório").

6.2.2 O Resgate Antecipado Obrigatório de que trata este item 6.2 independe da concordância dos Debenturistas, observado o item 6.2.3 abaixo.

6.2.3 A Emissora deverá comunicar (i), com antecedência, mínima, de 10 (dez) Dias Úteis, a data da efetiva realização do Resgate Antecipado Obrigatório por meio de comunicação individual endereçada a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, à CETIP, o Escriturador Mandatário e o Banco Liquidante, ou aviso publicado nos termos do item 5.10 desta Escritura, sendo que qualquer alteração de tal data somente poderá ser realizada mediante aprovação dos Debenturistas, de acordo com a Cláusula X abaixo.

6.2.4 O comunicado mencionado no item 6.2.3 acima deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; (ii) o valor devido em razão do Resgate Antecipado Obrigatório, por Debênture, que será calculado nos termos do item 6.2.5. abaixo; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

6.2.5 O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão (inclusive) até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório (exclusive), dos Encargos Moratórios, quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se for o caso.



DUCEAP
27 08 15

- 6.2.6 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Obrigatório será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, (ii) mediante depósito em conta corrente, conforme indicada por cada Debenturista, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou (iii) por meio do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.2.7 Não será permitido o Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures.

6.3 Aquisição Facultativa

6.3.1 Nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, é facultado à Emissora adquirir Debêntures em Circulação de sua emissão: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM vigentes à época. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

6.4 Classificação de Risco

6.4.1 A Fitch Ratings ("Agência de Classificação de Risco") foi contratada como agência de classificação de risco para as Debêntures, atribuindo *rating* nacional de Curto Prazo "F1+(bra)", refletindo a qualidade de crédito da "AA+(bra)" da Alupar, avaliada em "AA+(bra)" pela Agência de Classificação de Risco, às Debêntures, a serem emitidas no âmbito da Emissão.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Vencimento Antecipado Automático

7.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às



JUCESP
27 08 15

Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora o imediato pagamento em até 2 (dois) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"):

- (i) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Fiadora, ou se a Emissora e/ou a Fiadora tiver sua falência requerida e não elidida no prazo legal ou tiver sua falência decretada;
- (ii) se a Emissora e/ou a Fiadora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- (iii) se a Emissora e/ou a Fiadora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (iv) se a Emissora e/ou a Fiadora tiver sua liquidação, dissolução ou extinção, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, incluindo acordo de credores;
- (v) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da data do respectivo descumprimento;
- (vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora e/ou a Fiadora seja parte como mutuária ou garantidora (*cross-acceleration*), que individualmente ou de forma agregada ultrapasse o valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas, observado que, para fins deste item, nas operações em que a Emissora e/ou a Fiadora atue como mutuária e/ou garantidora, a declaração de vencimento antecipado das Debêntures



DUCE SP
27 08 15

somente ocorrerá caso a Emissora e/ou Fiadora deixe de honrar o valor da dívida ou a garantia concedida no prazo contratualmente estipulado;

- (vii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no respectivo estatuto social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a Emissora e/ou a Fiadora esteja inadimplente com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (viii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, nos termos desta Escritura, exceto se (i) previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, especialmente convocada para esse fim; ou (ii) decorrente de sucessão legal, em virtude de operações societárias não vedadas nesta Escritura;
- (ix) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Fiadora, que individualmente ou de forma agregada ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento;
- (x) transformação da Emissora e/ou da Fiadora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76; e
- (xi) realização, pela Emissora, de alienação direta ou indireta, total ou parcial, de Ativos Operacionais, cujos valores de alienação, individualmente, ultrapassem R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, ou seu equivalente em outras moedas, ou, de forma agregada, ultrapassem R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou seu equivalente em outras moedas, ou caso sobre referidos Ativos Operacionais forem constituídos quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo garantias ou penhoras, exceto se houver anuência prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Não obstante, fica desde já aprovada a constituição de garantias no âmbito da realização de financiamentos de longo prazo.




DUCE SP
27 08 15

7.1.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

7.1.3 A qualquer momento durante o prazo das Debêntures, por solicitação da Emissora, deverá ser convocada AGD para discussão e deliberação de renúncia prévia (*waiver*) para a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 7.1.1. acima, observado o quórum previsto no item 7.2.4. desta Escritura.

7.2 Vencimento Antecipado Não Automático

7.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora e/ou da Fiadora o pagamento em até 2 (dois) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático") e, em conjunto com as Eventos de Vencimento Antecipado Automático, "Eventos de Vencimento Antecipado"): 

- (i) concessão de mútuos pela Fiadora que, individualmente, ultrapassem o valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas, ou de forma agregada o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas, exceto pelos mútuos concedidos pela Fiadora para qualquer controlada ou subsidiária em que a Fiadora tenha participação direta ou indireta de, pelo menos, 40% (quarenta por cento) do capital social votante, e desde que tal controlada ou subsidiária seja concessionária, autorizatória ou permissionária do setor de energia;

DUCEAP
27 08 15

- (ii) concessão de mútuos pela Emissora, exceto pelos mútuos concedidos entre a Emissora e a (a) Energia dos Ventos I S.A., (b) Energia dos Ventos III S.A., (c) Energia dos Ventos IV S.A., e (d) Energia dos Ventos X S.A., casos em que não haverá qualquer restrição;
- (iii) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, que não seja sanada (i) no prazo de cura específico, caso haja, ou (ii) em não havendo prazo de cura específico, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da data em que tal obrigação tornou-se exigível;
- (iv) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição;
- (v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Fiadora e/ou suas controladas, desde que cause uma redução igual ou superior a 10% (dez por cento) do faturamento consolidado da Fiadora, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou a Fiadora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a continuidade das atividades da Fiadora e/ou suas controladas até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (vi) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora e/ou da Fiadora, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (vii) cessão fiduciária sobre o direito da Fiadora de receber, de suas controladas atualmente existentes (ou daquelas que vierem a sucedê-las por incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária), dividendos, juros sobre capital próprio, lucros, rendimentos, receitas ou vantagens decorrentes da condição da Fiadora de quotista ou acionista (conforme o caso), sem a anuência expressa dos Debenturistas e desde que comprometa em mais de 30% (trinta por cento) o recebimento de tais dividendos, juros sobre capital próprio, lucros, rendimentos, receitas ou vantagens;

DUCEAP
27 08 15

- (viii) se ocorrer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404/76), inclusive em decorrência de incorporação de ações, direta ou indiretamente, da Emissora e/ou da Fiadora, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da Emissora e/ou da Fiadora, excetuando-se desde já as reestruturações societárias entre empresas do mesmo grupo econômico (que contempla a Fiadora e todas as sociedades por ela controladas) e o disposto no item 11.4 abaixo;
- (ix) redução do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- (x) inadimplemento, pela Emissora e/ou Fiadora, de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência, quando houver, obrigação essa em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas, não regularizado em um período máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do descumprimento da referida obrigação;
- (xi) protesto de títulos contra a Fiadora e/ou contra a Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, que individualmente ou de forma agregada ultrapasse o valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 30 (trinta) dias seja validamente comprovado pela Emissora e/ou Fiadora, conforme o caso, ao Agente Fiduciário, que (i) o(s) protesto(s) foi/foram efetivado(s) por erro ou má fé de terceiros, (ii) for/forem cancelado(s) o(s) protesto(s); ou (iii) forem prestadas garantias suficientes em juízo;
- (xii) durante o prazo de vigência das Debêntures, não atendimento pela Fiadora por 2 (dois) trimestres consecutivos, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir, a serem acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Fiadora à CVM (em conjunto, “Índices Financeiros”), em até 15 (quinze) dias corridos após a sua divulgação, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação às demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2014 e ao período finalizado em 31 de março de 2015 e as demais verificações ocorrerão até o



pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. O cumprimento desses índices e limites financeiros deverá constar nas notas explicativas que acompanham os ITRs e DFPs, os quais serão apurados pela Fiadora, verificados pelos auditores independentes contratados pela Fiadora e disponibilizados ao Agente Fiduciário. No caso de impossibilidade de verificação e conferência desses índices e limites financeiros pelo Agente Fiduciário, poderá este solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Índices e Limites apurados com base nos ITRs e DFPs da Fiadora	Até a Data de Vencimento
Dívida Líquida Avalista/(Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) menor ou igual a:	3.50x
(Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA)/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a:	3.50x
Dividendos Distribuídos/Lucro Líquido menor ou igual a:	50%

Índices e Limites apurados com base nos ITRs e DFPs da Fiadora (Consolidado)	Até a Data de Vencimento
Dívida Líquida Consolidado/EBITDA Ajustado menor ou igual a:	3.50x
EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a:	2.50x
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não controladores) menor ou igual a:	70%

“Despesa Financeira Líquida”: Significa despesa financeira subtraída da receita financeira relativa aos 12 (doze) últimos meses, relativa à Fiadora ou ao balanço patrimonial consolidado da Fiadora, conforme o caso;

“Dívida Bruta”: É o somatório dos valores das seguintes contas do balanço patrimonial consolidado da Fiadora: empréstimos e financiamentos do passivo circulante, debêntures do passivo circulante, dívidas com pessoas ligadas do passivo circulante, empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, debêntures do



passivo exigível a longo prazo e dívidas com pessoas ligadas do passivo exigível a longo prazo, assim como quaisquer financiamentos;

"Dívida Líquida Consolidado": É o valor da Dívida Bruta, subtraído de: (i) valor das dívidas financeiras, incluídas no balanço patrimonial consolidado da Fiadora, de controladas não operacionais, que sejam garantidas e/ou avalizadas por terceiros e (ii) do valor do caixa e das disponibilidades do ativo circulante do balanço patrimonial consolidado da Fiadora, nas datas-base de cálculo dos índices financeiros, conforme estabelecido nesta Escritura;

"Dívida Líquida Fiadora": É o somatório dos valores das seguintes contas do balanço patrimonial não consolidado da Fiadora: empréstimos e financiamentos do passivo circulante, debêntures do passivo circulante, dívidas com pessoas ligadas do passivo circulante, empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, debêntures do passivo exigível a longo prazo e dívidas com pessoas ligadas do passivo exigível a longo prazo, assim como quaisquer financiamentos, subtraído deste somatório o valor do caixa e das disponibilidades financeiras do ativo circulante, nas datas-base de cálculo dos índices financeiros, conforme estabelecido nesta Escritura;

"Dividendos + JCP Recebidos": Significa o valor da conta "dividendos e JCP recebidos" das demonstrações financeiras da Fiadora, nas demonstrações de fluxo de caixa, relativo aos 12 (doze) últimos meses;

"Dividendos Distribuídos": Significa o valor da conta "dividendos distribuídos" das demonstrações financeiras da Fiadora, apresentado nas demonstrações de fluxo de caixa relativo aos 12 (doze) últimos meses;

"EBITDA": Significa o lucro ou prejuízo líquido da Fiadora, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social e das despesas de depreciação e amortização;

"EBITDA Ajustado": Significa o lucro ou prejuízo líquido da Fiadora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e da participação de acionistas não controladores;

"Lucro Líquido": Significa o valor da conta "lucro líquido" das demonstrações financeiras da Fiadora relativo aos 12 (doze) últimos meses; e



DUCE SP
27 08 15

* "Patrimônio Líquido": Significa o valor da conta "patrimônio líquido" das demonstrações financeiras da Fiadora relativo à Fiadora ou ao balanço patrimonial consolidado da Fiadora, conforme o caso.

7.2.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.3 Caso a AGD mencionada no item 7.2.2 acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.4 Uma vez instalada a AGD prevista no item 7.2.3 acima, será necessário o quórum especial de titulares que representem 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.5 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, (a) à Emissora, com cópia para CETIP, (b) ao Escriturador Mandatário; e (c) ao Banco Liquidante.

7.2.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 3 (três) Dias Úteis, contados do protocolo ou do "aviso de recebimento" da carta mencionada no item 7.2.5. acima, sob pena do disposto nesta Cláusula VII, mediante o pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive). Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do efetivo resgate.

7.2.7 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures



JUCESP
27 08 15

até a data de seu efetivo pagamento, sendo que os Debenturistas poderão executar a Fiança nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes no caso das anuais; (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados, de acordo com o estágio de desenvolvimento das operações da Emissora;
 - b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada; e
 - c) dentro de 15 (quinze) dias corridos após a divulgação das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP da Fiadora, memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros acompanhada das respectivas Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras



DUCE SP
27 03 15

Padronizadas – DFP da Fiadora, para fins do item 7.2.1 (xi) acima, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou à Fiadora e/ou aos auditores independentes da Fiadora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) comunicar ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade e/ou da Fiadora de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (v) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;
- (vi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula X desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (vii) não realizar operações fora de seu Objeto Social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (viii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto:
 - (i) por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial; e (ii) por descumprimentos que, cumulativamente: (a) não venham a afetar adversamente,



em relação à Emissora: condição econômica e financeira, resultados operacionais, atividades e os projetos; e (b) não causem o inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, decorrente das Debêntures e/ou de qualquer dívida da Emissora;

- (ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das atividades da Emissora;
- (x) enviar ao Agente Fiduciário cópia da ata do BNDES que aprovou a liberação de recursos mencionada no item 6.2.1 acima, dentro de 5 (cinco) dias da realização da respectiva reunião;
- (xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures na CETIP;
- (xiii) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham incidir sobre a Emissão e que sejam de sua responsabilidade, inclusive em relação a eventuais taxas que venham eventualmente a ser exigidas, conforme o caso, pela CETIP e/ou pela CVM e/ou ANBIMA em razão da Emissão e da Oferta;
- (xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro desta Escritura, seus eventuais aditamentos, e os atos societários da Emissora na JUCESP; (c) de publicação dos atos societários da Emissora necessários à realização da Emissão e à Oferta; e (d) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;
- (xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício a auditor independente devidamente registrado na CVM;



JUCESP
27 08 15

- (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer de um dos Auditores Independentes, em sua página na rede mundial de computadores;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (xvi) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e o Agente Fiduciário;
 - (xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
 - (xviii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
 - (xix) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP, ANBIMA e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
 - (xx) comparecer nas AGDs convocadas por esta, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória;



JUCESP
27 08 15

- (xxi) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Oferta;
- (xxii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxiii) utilizar os recursos oriundos das Debêntures exclusivamente para a finalidade indicada no item 4.8. acima;
- (xxiv) proceder, nos termos do item 3.1.3.2 acima, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de registro desta Escritura na JUCESP e, em razão da Fiança, o devido registro da presente Escritura nos cartórios de registro de títulos e documentos de que trata o item 3.1.3.2 desta Escritura;
- (xxv) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto da Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora; e
- (xxvi) a Emissora obriga-se a contratar e manter contratados, bem como renovar na periodicidade indicada na respectiva apólice, até a quitação integral das Debêntures, os seguros necessários à manutenção do Projeto, conforme aplicável.

8.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o



JUCESP
27 08 15

qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2 Declarações

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



DUCE SP
27 08 15

- (xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (xiii) para os fins do disposto no artigo 12, alínea k, da Instrução CVM 28, que atualmente atua nas emissões a seguir identificadas, com base no organograma disponibilizado pela Emissora: na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Alupar Investimento S.A. ("5ª Emissão da Alupar"), para oferta privada em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com data de vencimento em 30 de maio de 2027, não permitindo repactuação ou conversão. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da Alupar foram garantidas por garantia fidejussória prestada pela Guarupart Participações Ltda., conforme previsto na escritura da 5ª Emissão da Alupar. Até a presente data não foram identificados eventos de resgate, repactuação ou inadimplemento nas emissões descritas acima; (ii) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("4ª Emissão da EATE"), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 15.900 (quinze mil e novecentas) debêntures no valor de R\$ 159.000.000 (cento e cinquenta e nove milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 4ª Emissão da EATE não possuem garantias, conforme previsto na escritura da emissão da EATE; (iii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da ETEP – Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("2ª Emissão da ETEP"), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 6.900 (seis mil e novecentas) debêntures no valor de R\$ 69.000.000 (sessenta e nove milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 2ª Emissão da ETEP não possuem garantias, conforme previsto na escritura da 2ª emissão da ETEP; (iv) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações,



DUCE SP
27 08 15

em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da ENTE – Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“2ª Emissão da ENTE”), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 24.800 (vinte e quatro mil e oitocentas) debêntures no valor de R\$ 248.000.000 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 2ª Emissão da ENTE não possuem garantias, conforme previsto na escritura da 2ª emissão da ENTE; (v) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“3ª Emissão da ECTE”), com vencimento em 07 de fevereiro de 2020, em que foram emitidas 7.000 (sete mil) debêntures no valor de R\$70.000.000 (setenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 3ª Emissão da ECTE não possuem garantias, conforme previsto na escritura da 3ª Emissão da ECTE; (vi) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia Transleste de Transmissão S.A. (“1ª Emissão da Transleste”), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 5.500 (cinco mil e quinhentas) debêntures no valor de R\$ 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Transleste não possuem garantias, conforme previsto na escritura da 1ª emissão da Transleste; (vii) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, da Ferreira Gomes Energia S.A. (“3ª Emissão da FGE”), com vencimento em 15 de dezembro de 2027, em que foram emitidas 210.900 (duzentos e dez mil e novecentas) debêntures no valor de R\$ 210.900.000 (duzentos dez milhões e novecentos mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 3ª Emissão da FGE são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Alupar, bem como por penhor de ações representativas do capital social da emissora de titularidade da Alupar, correspondente ao montante de 314.081.528 (trezentas e catorze milhões, oitenta e uma mil, quinhentas e vinte e oito) ações, bem como por cessão fiduciária ao BNDES e ao agente fiduciário, da totalidade dos direitos creditórios que é titular, emergentes, direta ou indiretamente do contrato de concessão, conforme previsto na



DUCE SP
27 08 15

escritura da 3ª emissão da FGE; (viii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, da Energia dos Ventos I S.A. ("1ª Emissão da Energia dos Ventos I"), com vencimento em 16 de abril de 2016, em que foram emitidas 2.174 (duas mil, cento e setenta e quatro) debêntures no valor de R\$ 21.740.000 (vinte um milhões e setecentos e quarenta mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Energia dos Ventos I são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Alupar, conforme previsto na escritura da 1ª Emissão da Energia dos Ventos I; (ix) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 16 de abril de 2016, em que foram emitidas 1.304 (mil trezentas e quatro) debêntures no valor de R\$13.040.000 (treze milhões e quarenta mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Alupar, conforme previsto na escritura de emissão; (x) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, da Energia dos Ventos III S.A. ("1ª Emissão da Energia dos Ventos III"), com vencimento em 16 de abril de 2016, em que foram emitidas 1.957 (mil novecentas e cinquenta e sete) debêntures no valor de R\$19.570.000 (dezenove milhões e quinhentos e setenta mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Energia dos Ventos III são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Alupar, conforme previsto na escritura da 1ª Emissão da Energia dos Ventos III; (xi) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, da Energia dos Ventos IV S.A. ("1ª Emissão da Energia dos Ventos IV"), com vencimento em 16 de abril de 2016, em que foram emitidas 2,826 (dois mil e oitocentas e vinte e seis) debêntures no valor de R\$28.260.000 (vinte e oito milhões e duzentos e sessenta mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Energia dos Ventos IV são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Alupar, conforme previsto na escritura da 1ª Emissão da Energia dos Ventos IV; e (xii) 1ª (primeira)



JUCESP
27 08 15

emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, da Energia dos Ventos X S.A. ("1ª Emissão da Energia dos Ventos X"), com vencimento em 16 de abril de 2016, em que foram emitidas 1.739 (mil setecentas e trinta e nove) debêntures no valor de R\$17.390.000 (dezessete milhões e trezentos e noventa mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Energia dos Ventos X são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Alupar, conforme previsto na escritura da 1ª Emissão da Energia dos Ventos X.

9.2.2. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

9.2.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

9.2.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada, dos artigos aplicáveis da Lei n.º 6.404/76 e do "Código ANBIMA para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", mais especificamente o seu Anexo III, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



JUCESP
27 08 15

9.2.5. O Agente Fiduciário pode se basear nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora e/ou Fiadora para acompanhar o atendimento dos índices e limites financeiros.

9.3 Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação de AGD, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das partes desta Escritura, nos termos do item 3.1.3.2 acima.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.



JUCESP
27 08 15

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4 Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não



JUCESP
27 08 15

pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 3.1.2, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura;
- (xii) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;



JUCESP
27 08 15

- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula VII acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora; e
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 3.1.2, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e o Banco Liquidante e



JUCESP
27 08 15

a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xix) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VII acima;
- (xx) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures, em conjunto com a Emissora, sempre que necessário, e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado
- (xxi) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (xxii) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário e a Remuneração das Debêntures a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

9.5 Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;



300897
27 09 15

- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 Observado o disposto na Cláusula VII (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 8.5.1 acima.

9.6 Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$2.000,00 (dois mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura e as seguintes no mesmo Dia Útil do ano subsequente.

9.6.2 As parcelas citadas no item 9.6.1 supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.6.3 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.



DUCE SP
27 08 15

9.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será realizado por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Agente Fiduciário a ser indicada por este à Emissora.

9.6.6 As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.7 Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora, sempre que possível, exceto em caso de decretação de vencimento antecipado, seja ele pecuniário ou não pecuniário, em que o Agente Fiduciário não precisará obter a autorização prévia da Emissora.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, acompanhada de cópia autenticada dos comprovantes de pagamento.

9.7.3 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.



DUCE SP
27 08 15

9.7.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Convocação

10.1.1 À AGD aplicar-se-á o disposto no Artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

10.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.

10.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 3.1.2 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4 As AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas todas as informações que lhe forem solicitadas.

10.2 Quorum de Instalação



DUCE SP
27 03 15

10.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3 Mesa Diretora

10.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações (inclusive no caso de perdão temporário (*waiver*)), serão tomadas pela maioria dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, do Resgate Antecipado, da espécie das Debêntures, da garantia das Debêntures e/ou alteração/exclusão de qualquer Evento de Vencimento Antecipado prevista nesta Escritura, as quais dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10.4.3 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido nas respectivas AGD.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) é sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis



JUCESP
27 08 15

do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, assumindo as obrigações financeiras e não financeiras dela decorrentes, bem como a cumprir todas as disposições aqui contidas e nos demais instrumentos da Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) é pessoa capaz e a realização da Emissão e da Oferta não infringe e nem viola nenhuma disposição de seu Estatuto Social ou das leis e dos regulamentos a que se submete;
- (iv) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (v) a realização da Emissão e da Oferta e a celebração desta Escritura, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarretou em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo, a aprovação da AGE), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão e da Oferta, exceto (i) pelo arquivamento da ata da AGE na JUCESP; (ii) pela publicação da ata da AGE no DOESP e no jornal "Valor Econômico"; (iii) pela inscrição desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, na JUCESP; (iv) pelo registro desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, nos cartórios de registro de títulos e documentos de que trata o item 3.1.3.2 desta Escritura; e (v) o registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura;
- (vii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com



DUCE SP
27 08 15

força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;

- (viii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas plenamente válidas e em vigor, conforme aplicáveis para o estado atual de desenvolvimento das operações da Emissora;
- (ix) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, não tendo conhecimento de qualquer descumprimento que possa causar um Efeito Adverso Relevante às suas atividades ou à Emissão;
- (x) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (xi) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado de acordo com o estágio de desenvolvimento das operações da Emissora e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (xiii) não é parte qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental;
- (xiv) os balanços patrimoniais da Emissora auditados e datados de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das



JUCESP
27 08 15

demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;

- (xv) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua em prejuízo dos Debenturistas;
- (xvi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis; e
- (xvii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

11.2 A Alupar declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, categoria A, nos termos da Instrução CVM 480, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu Objeto Social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Fiadora e/ou de quaisquer de suas controladas sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto



DUCE SP
27 08 15

por aqueles já existentes na presente data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (v) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legais, válidas e vinculativas da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (vi) as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Fiadora nos termos da Instrução CVM 480, e disponível na página da CVM na Internet são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (vii) não há outros fatos relevantes em relação à Fiadora não divulgados no Formulário de Referência, cuja omissão faça com que qualquer informação do Formulário de Referência seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- (viii) as opiniões, análises e expectativas expressas pela Fiadora no seu Formulário de Referência e no material de divulgação da Oferta em relação à Fiadora são dadas de boa-fé e consideram todas as circunstâncias materiais relevantes, são feitas com base em suposições razoáveis, são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (ix) a Fiadora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles que (a) não possam afetar a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; ou (b) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes do Formulário de Referência, disponível na página da CVM na Internet, e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Fiadora;
- (x) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Fiadora, que possa vir a afetar de forma material a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes do Formulário de Referência, disponível na página da CVM na Internet, e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Fiadora;



JUCESP
27 08 15

- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação às Debêntures;
- (xii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xiii) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (xiv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos, é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão e da Oferta, exceto (i) pela assinatura desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e da Oferta de que seja parte, nos termos do artigo 22, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Fiadora; (ii) inscrição desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, na JUCESP; (iii) pelo registro desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, nos cartórios de registro de títulos e documentos de que trata o item 3.1.3.2 desta Escritura; e (iv) o registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura;
- (xv) as demonstrações financeiras da Fiadora auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Fiadora nas aludidas datas e os resultados da Fiadora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Fiadora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Fiadora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Fiadora;



DUCE SP
27 08 15

- (xvi) a Fiadora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Fiadora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Fiadora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (xvii) a Fiadora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Fiadora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Fiadora, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações previstas nesta Fiadora;
- (xviii) a Fiadora possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações previstas nesta Escritura; e
- (xix) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado.

11.3 A Emissora e a Alupar, conforme o caso, comprometem-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Comunicações



JUCESP
27 08 15

12.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

ENERGIA DOS VENTOS II S.A.

Rua Gomes de Carvalho, 15º andar, conjunto 151, sala B
CEP: 04547-006, São Paulo - SP
At.: Sr. Mauricio Bacellar
Telefone: (11) 4571-2400
Correio Eletrônico: mbacellar@energiadosventos.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304
22640-102 - Rio de Janeiro - RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

iii) para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar
04538-133 - São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel: (11) 2797-4441
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

iv) para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal
04344-030 - São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel: (11) 2797-4441



DUCE SP
27 08 15

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

* v) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

At. Gerência de Valores Mobiliários

CEP 01452 – 002 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3111-1400

Fax: (11) 3111-1400

e-mail: Gr.GEVAM-GerenciadeValoresMobiliarios@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela respectiva Parte aos demais.

12.2 Renúncia

12.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Despesas

12.3.1 A Emissora ou a Fiadora, na qualidade de devedora solidária da Emissora nos termos desta Escritura, arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição,



JUCESP
27 08 15

incluindo, sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

12.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do Artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos Artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5 Aditamento à Presente Escritura

12.5.1 Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e, se durante a vigência da Fiança, pela Fiadora após aprovação em AGD, conforme Cláusula X acima, e posteriormente arquivados na JUCESP e no respectivo Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das partes desta Escritura, nos termos do item 3.1.3. acima.

12.6 Disposições Gerais

12.6.1. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

12.6.2 Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.6.3 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o



DUCE SP
27 08 15

objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.6.4 As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou da CETIP, conforme o caso; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.6.5 Esta Escritura será regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

12.7 Foro

12.7.1 Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada nesta Escritura, as Partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação desta Escritura ("Controvérsia").

12.7.2 As partes desde já convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas da Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto nesta Escritura.

12.7.2.1 A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.



JUCESP
27 08 15

12.7.3 A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

12.7.4 A sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

12.7.5 As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 28 de julho de 2015.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)




DUCE SP
27 08 15

Página 1/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Energia dos Ventos II S.A.

ENERGIA DOS VENTOS II S.A.

Nome: 
Cargo: **Marcelo Tosto O. Carvalho**
Diretor
Energia dos Ventos

Nome: 
Cargo: **José Roberto da Silva**
Diretor
Energia dos Ventos



JUCESP
27 08 15

Página 2/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Energia dos Ventos II S.A.

ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Nome: Enio Luigi Nucci
Cargo: Diretor

Nome: José Luiz de Godoy Pereira
Cargo: Diretor



JUCESP
27 08 15

Página 3/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Energia dos Ventos II S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ana Beatriz Mendes Ribeiro

Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora



JUCESP
27 08 15

Página 4/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Energia dos Ventos II S.A.

TESTEMUNHAS:

Deunane de Almeida Silva

Nome:

RG: 41.143.638-7

CPF: 326.278.298-07

Antônio Paulo Lourenço

Nome: Antônio Paulo Lourenço

RG: 184330944

CPF: 092612138-39

